

BALANÇO

CONTABILIZAR OU REFLETIR?

A gestão que agora encerra o seu mandato foi a primeira eleita em disputa eleitoral, a partir de um programa de ação que contemplava a ampliação do mercado de trabalho, a atuação efetiva na reformulação curricular, a revisão da legislação normativa da profissão, o posicionamento da entidade como catalisadora de experiências, a revisão dos princípios ético-profissionais, a denúncia do uso da psicologia para fins antiéticos, a dinamização das Delegacias e a criação de novos modelos de atuação dos psicólogos, visando aos interesses de segmentos mais amplos da população.

Um programa que foi submetido à categoria dentro da necessidade de se redemocratizar o CRP, para que ele se tornasse uma entidade realmente representativa dos psicólogos, dando-lhes voz e vez, em lugar de uma entidade burocrática, desvinculada dos interesses da categoria.

A experiência deste triênio convida a uma avaliação que não apenas contabilize os fatos, mas reflita sobre as questões importantes para a categoria, do ponto de vista político-profissional.

O caminho para a democratização foi o da mobilização dos psicólogos em torno de lutas em defesa de seus direitos e da reflexão constante sobre a atuação profissional no contexto atual. As Comissões e Grupos de Trabalho, muitos deles em conjunto com o Sindicato dos Psicólogos, constituíram-se em importantes instrumentos de ligação do CRP com as suas bases e de canalização de questões sobre os diversos aspectos de atuação do psicólogo, fornecendo subsídios que orientaram a atuação do CRP e prepararam os encontros onde os psicólogos puderam, coletivamente, refletir sobre a realidade profissional. Entre eles, os Encontros de Profissionais de Saúde, de Educação, o Seminário sobre Formação Profissional em Psicologia, os Encontros da Comissão de Ensino, do Grupo Psicotécnico, de Psicólogos no Funcionalismo, de Psicólogos na Empresa... O Dia do Psicólogo — 27 de agosto — passou a merecer um enfoque mais profundo, de discussão da vida da profissão e do mercado de trabalho. O último desses Encontros, em São Paulo, contou com a presença de representantes de partidos políticos para discussão de planos de saúde e de educação, da situação do psicólogo, do desemprego e da Psicologia no contexto brasileiro.

Outras conquistas se deram graças à mobilização mais ampla de toda a categoria, como a luta contra o projeto Julianelli; o reconhecimento, pela Receita Federal, do psicólogo como profissional da saúde; a organização dos concursados da Prefeitura paulistana, em busca de seus direitos; e mais recentemente a mobilização da categoria contra dois projetos que, ao regulamentar as profissões de musicoterapeuta e de técnico de administração, prejudicava a nossa e outras categorias. Os casos ocorridos nas FMU, no início de 1982, e em Santos, em 1980, mostraram a presença serena e objetiva do CRP na defesa da dignidade profissional.

As dificuldades para implementar o programa proposto resultaram da constatação de que o CRP era (e ainda é) uma máquina burocrática que tem um rígido esquema de funcionamento e que consome grande parte do tempo de atividade de seus conselheiros. Pelo menos um semestre foi consumido no conhecimento, domínio e racionalização dessa máquina e durante todo o tempo consumiu grande parte da energia e tempo que poderiam ser destinados a atividades mais ligadas aos objetivos da organização da Psicologia.

Esses procedimentos burocráticos são parte visível de uma complexa questão política, o vínculo entre o CRP e o Estado, e são determinados por uma legislação que vê o CRP apenas como órgão burocrático e controlador dos psicólogos, o que torna muito difícil qualquer mudança importante. Autarquia do Ministério do Trabalho, o CRP tem sua atuação determinada pelo Estado e não pela categoria. Isto explica o golpe que sofreu, ao ser transformado em mero órgão arrecadador da Receita Federal, através da Lei n.º 6.994. A inconstitucionalidade da lei está sendo questionada e para marcar esta posição foi instituído o Dia Nacional de Protesto, em 30 de junho último.

Repetindo o que afirmava o editorial que analisou os dois primeiros anos de gestão, a luta pela autonomia dos CRP para que sejam subordinados apenas àqueles que os mantêm e que lhe dão representatividade, não pode ser considerada separadamente da luta pela democratização da sociedade brasileira, e pelo direito de livre organização de todos os segmentos da sociedade civil.

Para onde vai nosso dinheiro?

Em 17 de agosto de 1980, ao assumir o CRP, os conselheiros encontraram 7.224 psicólogos inscritos na 6.ª Região. No final de 1981 já eram 12.445, no final de 1982 alcançavam 15.712 e hoje são 17.321 profissionais. Um acréscimo de 10.097 psicólogos ou um significativo percentual de crescimento de 140%, em apenas três anos.

Neste mesmo período, o quadro de funcionários do CRP cresceu apenas 50%, sem que trouxesse nenhum prejuízo para a categoria, graças à racionalização administrativa que foi implantada. Dos 28 funcionários existentes em agosto de 1980, eles passaram para 42 em julho de 1983, aí incluídos os da administração, fiscalização e delegacias.

Estes funcionários representam 53,5% das despesas financeiras do CRP, após desconto do percentual encaminhado ao CFP. Este percentual de um terço da arrecadação bruta, devido ao Conselho Federal, é de longe a maior despesa do CRP e representa Cr\$ 74 milhões neste ano.

Apesar deste crescimento percentualmente inferior ao dos psicólogos inscritos, o quadro de funcionários não perdeu sua eficiência. Pelo contrário, dentro da política de priorizar os contatos com a categoria e interiorizar as atividades do CRP, a área administrativa foi totalmente reestruturada, para racionalização das tarefas e redução do acúmulo e morosidade de trabalho imposto pela lei. Há três anos, por exemplo, uma cédula de identidade levava até 50 dias para ser preparada, assinada e entregue ao psicólogo. Depois da reestruturação, este prazo foi reduzido para uma semana. A cor-

respondência, até então endereçada manualmente, nem sempre atingia em tempo os psicólogos e frustrava mobilizações ou prejudicava individualmente o inscrito. A introdução de um sistema de computação resolveu este problema, agilizando os trabalhos.

Os conselheiros que assumiram em 1980 entenderam que apenas a incorporação de recursos materiais mais adequados não era suficiente. Ao lado das instalações físicas bem adequadas e localizadas, que já encontraram em sua sede, e de um corpo de funcionários dedicados ao serviço, era necessário eliminar estruturas paralelas existentes, onde de um lado se colocavam os conselheiros e, de outro, a administração. Nestes três anos, em lugar de ordens prontas, os funcionários sugeriram, discutiram e participaram da solução dos problemas administrativos. Dentro desta política permanente de valorização — visando ao seu final atender melhor o psicólogo — foi efetuada a avaliação de cargos e salários, para a implantação de uma política salarial e de um plano de acesso, que começaram a ser colocados em prática neste ano.

Esta preocupação com a administração do CRP permitiu agilizar o trabalho voltado à categoria, como o andamento dos processos de credenciamento (foram 682 nesta gestão) e os de fiscalização (322 até julho), entre outros. A eliminação da inscrição temporária — decidida em uma das 144 plenárias realizadas neste período, praticamente uma por semana — reduziu a burocracia e os custos, tanto para a entidade como para os psicólogos.

continua na página seguinte

Tudo pronto para eleição do dia 22

Já está tudo preparado para a eleição de 22 de julho próximo, que escolherá os psicólogos que dirigirão o Conselho Regional de Psicologia nos próximos três anos. A Comissão Eleitoral já encaminhou a todos os psicólogos com inscrição principal no CRP-06, correspondência com instruções, a cédula e o material necessário para o voto por correspondência. Eles somente serão computados se chegarem ao CRP, sob registro postal, antes do término da votação, no Instituto Sedes Sapientiae. Naquele local, várias urnas receberão os votos dos psicólogos, das 9 às 19 horas. Encerrada a votação, estas urnas serão guardadas no cofre-forte de uma instituição bancária e retirada na manhã seguinte, para o início da apuração, na sede do CRP, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.084 - 10.º andar.

Concorrem a esta eleição duas chapas: Palavra Aberta (chapa 1) e Participação (chapa 2), a primeira com 30 nomes e a segunda, com 29. Estes nomes constam do edital publicado nos principais jornais de São Paulo, Cuiabá e Campo Grande e reproduzido na última edição deste jornal. O comparecimento é obrigatório, a menos que haja o voto por correspondência.

Para onde vai nosso dinheiro?

continuação da primeira página

A introdução do computador agilizou todo o processo. Será fácil imaginar os problemas que existiriam sem este investimento. Basta olhar as estatísticas do primeiro semestre deste ano. Foram recebidas e classificadas 8.500 cartas e expedidas outras 2.400 (todas individualizadas) e ainda 35.000 circulares, números estes que refletem a efetiva aproximação entre CRP e categoria.

Quem agora acompanha o trabalho preparatório das eleições dificilmente imaginará que ela terá um custo estimado de 6 milhões de cruzeiros. Todas as despesas são absolutamente necessárias. Apenas a publicação dos editais nos jornais de grande circulação de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e nos Diários Oficiais desses Estados representaram Cr\$ 3.500.000,00. A impressão das cédulas e despesas postais com circulares e correspondências, representaram mais Cr\$ 2.500.000,00.

Uma simples circular enviada aos psicólogos custa ao CRP aproximadamente Cr\$ 1.350.000,00. Neste valor estão incluídos a franquia postal (Cr\$ 495.000,00) e os envelopes (outros Cr\$ 495.000,00). Os demais custos referem-se a impressão, serviços de expedição, tempo de computador e etiquetas de endereçamento. O JORNAL DO CRP-06 custa, hoje, Cr\$ 920.000,00. Neste total estão incluídos os serviços jornalísticos, de impressão e de distribuição (expedição e franquia postal, cintas e etiquetas de endereçamento e tempo de computador). Se este valor for multiplicado pelas quatro edições do ano, será encontrada uma despesa de quase quatro milhões de cruzeiros, essencial para a comunicação com o psicólogo.

Alguns outros dados pinçados dos balancetes mensais dão idéia do trabalho desenvolvido pelo CRP. Gasta-se em média Cr\$ 453.000,00 mensais em locomoção, nos três Estados, para trabalhos de fiscalização; paga-se Cr\$ 425.000,00 de aluguel das várias dependências do CRP, entre elas as Delegacias; Cr\$ 295.000,00 mensais em ligações telefônicas e outros Cr\$ 453.000,00 em assessoria jurídica. Embora pareça às vezes oneroso e desnecessário, o envio de correspondência vinculada a processos de inscrição, credenciamento, fiscalização e éticos representa um custo unitário de Cr\$ 700,00 apenas de franquia postal com Aviso de Recebimento. Na maioria dos casos, são necessárias dez até doze cartas desse tipo em cada processo.

Uma última informação: os conselheiros nada recebem por seus trabalhos no CRP.

BALANÇO

PROJETOS: QUAL SERÁ O PRÓXIMO?

Julianelli, Pedro Kassab, Celso Peçanha, Nilson Gibson... Lembrados pelos seus autores, os projetos envolvendo a categoria, que se sucederam na Câmara dos Deputados, no Senado e nas Assembléias, representaram momentos de mobilização da categoria em torno do CRP, na defesa da profissão.

Depois do projeto Julianelli - de longe o mais tristemente famoso - o CRP enfrentou a proposição do deputado federal Nilson Gibson que introduzia alterações no registro profissional e criava as funções de técnico de Psicologia, psicotécnico e auxiliar de Psicologia, desconhecidos na área. Alertado pelo CRP, os demais Conselhos Regionais e o CFP uniram-se e obtiveram do deputado a retirada do projeto.

Se nesse caso houve compreensão do desastre que representaria a sua aprovação, no Projeto de Lei 519, apresentado na Assembléia Legislativa do Estado de S. Paulo, isto não aconteceu. Este projeto, que criava o Serviço de Assistência Psicológica na rede oficial do Estado, foi aprovado pela Assembléia e rejeitado pelo governador Paulo Maluf. Apesar de toda a mobilização coordenada pelo CRP, envolvendo profissionais, professores, supervisores e estudantes, no sentido da rejeição do veto, este não foi sequer levado a plenário, numa manobra do então presidente da Assembléia, Januário Mantelli Neto.

O Projeto de Lei 32/82, rejeitado nos primeiros dias de junho deste ano na Comissão de Legislação Social do Senado e definitivamente arquivado, a p. texto de regulamentar a profissão do Técnico de Administração, retirava dos psicólogos a seleção, treinamento, avaliação e gerência de pessoal e, também, a pesquisa e o ensino nessas áreas. A mobilização mostrou quanto vale a organização, harmonia, cooperação e entendimento da categoria.

Quase ao mesmo tempo, no plenário da Câmara Federal era rejeitado, após inúmeras gestões junto às lideranças, o projeto que, ao regulamentar a profissão de musicoterapeuta, impedia aos psicólogos a utilização de técnicas de expressão corporal e de música nos procedimentos terapêuticos.

Outro projeto em que o CRP esteve envolvido foi o da Lei de Execução Penal. A

pedido da comissão revisora do anteprojeto, o CRP preparou sugestões para a regulamentação da presença do psicólogo nos presídios e nas cadeias de delegacias de polícia. O psicólogo não deveria ter apenas o papel de dar diagnósticos e pareceres, mas de também contribuir para a desmarginalização dos sentenciados, além de participar do planejamento institucional, como perito, terapeuta e técnico de relações intra-institucionais.

A Lei 6.994 atingiu a todos os psicólogos, como categoria profissional. O que era uma simples fixação de valores das anuidades e taxas dos Conselhos profissionais, transformou-se em camisa de força. Retirada a autonomia, esta lei transformou os Conselhos profissionais em meros órgãos arrecadadores e repressores e estabeleceu o confisco de 70% do total em caixa, no final do ano, em benefício do Ministério do Trabalho. Atualmente, todos os Conselhos profissionais empenham-se na representação encaminhada ao Procurador-Geral da República arguindo a inconstitucionalidade da lei e na preparação de um mandado de segurança. O CRP já encaminhou ao CFP a quantia que deveria ser recolhida ao Ministério do Trabalho, para que seja depositada em juízo, numa prova clara da disposição de lutar contra esse cerceamento de autonomia.

Na área da Receita Federal, o reconhecimento do psicólogo como profissional da saúde só ocorreu em 1982. Em 1981, o Imposto de Renda ainda ameaçava, através de norma tributária, os usuários de serviços psicológicos para não abater da renda bruta essas despesas, a menos que comprovada, por laudo médico, sua deficiência física ou mental. As negociações só terminaram em setembro de 1982, com o reconhecimento da dedução de despesas com psicólogos no Imposto de Renda.

Se o leão perdeu de um lado, atacou de outro: o CRP e outras entidades encaminharam recentemente ação conjunta à Receita Federal, manifestando seu inconformismo com o aumento de 10 para 15% no recolhimento antecipado trimestral do Imposto de Renda ("carnê leão"), o que representa, na prática, um aumento de 50%.

ÉTICA

Através de denúncia (de psicólogo ou não), de representação de qualquer autoridade ou de requerimento de conselheiro ou fiscal, o processo ético só é iniciado após orientação do psicólogo sobre a irregularidade. Apenas casos extremamente graves são iniciados imediatamente.

Para a condução destes processos, a Comissão de Ética reuniu-se mais de cento e cinquenta vezes, todas as semanas, algumas vezes, até por duas vezes, para enquadramento das denúncias, realização de audiências e ampla discussão. Foram mais comuns os casos de acúmulo com exercício ilegal da profissão; utilização de auxiliares, sobretudo não habilitados; publicações, através da imprensa, ferindo a respeitabilidade da profissão; assinatura de laudos em branco; responsabilidade técnica por empresas com funcionamento ilegal; oferecimento, através de anúncio, de serviços psicotécnicos a preços vis; e imperícia em prejuízo do cliente.

O CRP tem procurado evitar a realização de processo ético, em favor de um trabalho preventivo, de fiscalização intensa e divulgação sistemática, no JORNAL DO CRP/06, de orientação sobre normas éticas e disciplinares da profissão. Quando o contato pessoal se torna difícil, o aconselhamento é efetuado até por telefone. Tornou-se comum, para os conselheiros, o recebimento de duas a três ligações diárias, nas próprias residências ou locais de trabalho, de psicólogos com dúvidas quanto a procedimentos no seu trabalho.

As resoluções procuraram tornar mais explícitos os preceitos do Código de Ética, por vezes excessivamente genéricos e alertas públicos foram divulgados por circulares, jornais de grande circulação e o próprio JORNAL DO CRP/06.

Ao longo desse trabalho, muitas discussões foram realizadas sobre a inadequação do atual Código de Ética, elaborado quando a categoria era pequena e constituída em sua maioria de profissionais liberais e não de assalariados, como hoje.

CREDENCIAMENTO

Em três anos, foram aprovados 682 processos de credenciamento de supervisores de estágios e atividades profissionais. Todos cumpriram as exigências de registro no CRP da região, em pleno gozo de seus direitos e com o mínimo de 3 anos de experiência profissional na área de credenciamento. A supervisão de estágio, desempenhada por profissional credenciado, decorre da constatação do aproveitamento inadequado de estagiários para atividades que pouco têm a ver com a profissão de psicólogo ou que, em outros casos, assumem funções de grande responsabilidade, como fornecimento de laudos psicológicos, sem a supervisão adequada.

Através de questionários preenchidos pelos psicólogos que se inscrevem no CRP, foi possível conhecer os estágios supervisionados e orientar as situações irregulares, inicialmente através de correspondência e, posteriormente, de entrevistas.

Alguns resultados concretos já foram

constatados pelos fiscais: o número de solicitações de credenciamento aumentou e foram interrompidas atividades irregulares de psicólogos não credenciados. As dificuldades ainda existem: os recursos humanos ainda são escassos, resultando na impossibilidade de desenvolver encontros com supervisores para aprofundar a reflexão sobre problemas específicos dessa atividade e com todos os recém-formados quase sempre aqueles que apresentam irregularidades no estágio. Outro problema ocorre com o Conselho Federal de Educação, que contesta a competência do CRP para credenciar supervisores de psicologia e fiscalizar sua atuação nas faculdades. O CRP entende que o estudante de psicologia é um leigo prestando serviços de psicologia numa situação de aprendizagem e que seu supervisor, um psicólogo, é responsável pelos padrões éticos e técnicos desses serviços. A fiscalização das condições em que é prestada qualquer assistência psicológica é, por lei, atribuição dos Conselhos de Psicologia.

Jornal do

CRP/06

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA — 6.ª REGIÃO

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 6.ª REGIÃO

Conselheiros: Abelardo de Almeida, Carmem Lúcia Arruda Ritter, Gerson Roberto Correia (licenciado), Ghislaine G.S. Moreira, José Roberto Tozoni Reis, Lazslo A. Ávila, Luiz Otávio de Seixas Queirós, Maria Clotilde B. Magaldi, Sérgio Antônio da Silva Leite e Yvonne A. Gonçalves Khouri (efetivos); Maria Aparecida C. da Cunha, Myriam S. Vianna, Sigmar Malvezzi (licenciado) e Tatiana Wernikoff (suplentes).

Sede - São Paulo: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.084 - 10.º andar - Fone (011) 212-8111 - **Delegacias - Assis:** Rua Marechal Deodoro, 123 - conj. 11 - **Bauri:** Rua Batista de Carvalho, 4-33 - 7.º andar - Fone (0142) 22-3384 - **Campinas:** Av. Dr. Moraes Sales, 1.212 - 2.º andar - conj. 22 - Fone (0192) 32-5397 - **Campo Grande:** Rua Dom Aquino, 1.354 - sala 97 - Fone (067) 382-4801 - **Cuiabá:** Rua Tenente Coronel Duarte, 565 - sala 203 - Fone (065) 322-6902 - **Lorena:** Rua N. S. Piedade, 185, sala 9 (Galeria do Hotel Colonial) - **Ribeirão Preto:** Rua Cerqueira César, 481 - 3.º andar - Fone (016) 636-9021 - **Santos:** Rua Oton Feliciano, 2 - conj. 53 - Fone (0132) 4-6293.

Jornal do CRP/06 é órgão de orientação do exercício profissional, publicado bimestralmente pelo Conselho Regional de Psicologia da 6.ª Região.

Diretor-Responsável: Maria Clotilde B. Magaldi

Editor: Elisiário E. Couto

(MTb n.º 8.226/65)

Redação:

Av. Brig. Faria Lima, 1.084 - 10.º andar

Fone 212-8111

01452 São Paulo

Composição, fotolito e impressão:

Empresa Jornalística

Comércio & Indústria S.A.

Rua Dr. Almeida Lima, 1.384

São Paulo

ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Reunidos em Brasília, em outubro de 1981, as Comissões de Fiscalização concordaram que este trabalho deve ter muito mais o caráter de orientação do que de punição do psicólogo. Verificaram que profissionais que não trabalham de acordo com os princípios éticos, quase sempre agem assim por ingenuidade, falta de orientação ou até por nunca terem procurado suas entidades representativas, para esclarecer dúvidas e informar-se melhor.

O CRP tem desenvolvido este trabalho de orientação através de visitas e entrevistas individuais e grupais, principalmente com grupos empenhados em trabalhos especiais, visando acrescentar aos problemas e dificuldades encontrados um processo de reflexão sobre eles. Com o sacrifício de muitas horas de trabalho e de sono dos conselheiros, foram realizadas inúmeras reuniões com grupos de psicotécnicos, psicólogos de empresas, selecionadores e profissionais com atuação em entidades conveniadas com o INAMPS. Tudo isso para defender o campo de atuação do profissional, ameaçado pelo trabalho de leigos e pela utilização do estudante como mão-de-obra barata. O quadro de fiscais foram dois, um na capital e outro no interior, quando a atual gestão assumiu foi ampliado para seis: dois na Capital e mais quatro no interior, baseados nas cidades de Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e Vale do Paraíba - Litoral. Estes fiscais trabalham entrosados com a Comissão de Credenciamento de Supervisores e com as Delegacias.

A aplicação e divulgação da legislação baseia-se no trabalho de orientação realizada pelos fiscais, durante as visitas às entidades e nas entrevistas de psicólogos com conselheiros integrantes da Comissão. Es-

tas entrevistas, muitas vezes prolongam-se por várias horas e são encaradas como rotina do trabalho. A aplicação da legislação é feita também através de correspondência às entidades visitadas e através da divulgação, no JORNAL DO CRP/06, dos problemas mais graves e de maior amplitude.

Apesar da restrição de recursos humanos e financeiros, o que não permitiu a finalização de alguns planos (como o de orientação aos estudantes, importante pelo seu aspecto preventivo), a Comissão de Orientação e Fiscalização sentiu o aumento considerável da procura, por parte dos psicólogos, para a discussão de suas dificuldades e para obtenção de respostas. Mais ainda sentiu a melhoria das condições de trabalho, pela substituição de leigos por profissionais e utilização adequada de estagiários.

Para combater a estrutura viciada dos psicotécnicos, o CRP estabeleceu, em 1981, normas para utilização de auxiliares na aplicação de testes, levando em conta o mercado de trabalho e a manutenção do padrão de serviços oferecidos ao público. As irregularidades ainda continuam e o CRP fixa sua atenção sobre elas. Em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, por exemplo, psicólogos chegaram a ser até ameaçados de morte se não aprovassem candidatos não-qualificados no exame para obtenção de habilitação para motoristas. Em São Paulo, o CRP apresentou ao Secretário da Segurança Pública uma relação de providências necessárias ao credenciamento de psicólogos para realização de exames psicotécnicos e denunciou corrupção e leis obsoletas que estão trazendo prejuízos para o Estado e para a população. O trabalho prossegue, com os profissionais da área sendo articulados para novas ações.

PSICOLOGIA EDUCACIONAL

Pelo menos 600 profissionais da 6.ª Região que atuam na área de Educação foram contatados por esta comissão mista, CRP-Sindicato, que concentrou seus esforços na aplicação e divulgação da legislação e na formação e aperfeiçoamento profissional neste campo. Foram preparados e realizados três encontros estaduais de psicólogos com atuação na área de Educação: o primeiro deles, em 1980, levantou as condições de formação dos psicólogos, através da análise das disciplinas e estágios dos cursos de Psicologia e divulgou os trabalhos realizados nos setores públicos (Estado e Município). O segundo, em 1981, objetivou divulgar os trabalhos realizados por psicólogos na área educacional, fora da perspectiva clínica. O terceiro, em 1982, discutiu propostas de atuação para o psicólogo na área de Educação. O resumo dos três encontros foi publicado e distribuído gratuitamente a todos os participantes e psicólogos interessados.

DELEGACIAS

As Delegacias do CRP em Assis, Bauru, Campinas, Campo Grande, Cuiabá, Lorena, Ribeirão Preto e Santos buscaram permanentemente formas de ação para a divulgação da profissão e a mobilização de psicólogos, na luta por melhores condições de trabalho. Uma das ações que se revelaram mais eficazes foram as reuniões com psicólogos, outros profissionais e setores da comunidade em datas específicas, como o Dia do Psicólogo, para discussão de temas como o mercado de trabalho; o relacionamento da classe com as autarquias, institutos e universidades; os problemas de elitização de atendimento em saúde mental e alternativas de acesso a esse atendimento por parte de maior parcela da população.

As dificuldades para mobilização dos psicólogos foram enfrentadas com decisão. O CRP ainda é visto apenas como uma entidade burocrática, usada para regularizar as condições do exercício profissional e não

como instrumento de defesa dos interesses coletivos da categoria.

O distanciamento geográfico; as realidades profissionais diferentes entre os Estados de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e as limitações de tempo dos delegados, que exercem essa função — como os conselheiros, sem remuneração — foram enfrentadas com o aumento do número de reuniões dos delegados entre si e com os conselheiros, a visita e permanência de conselheiros às regiões mais carentes e a criação, onde se fazia necessário, do cargo de delegado-adjunto.

O aperfeiçoamento administrativo das delegacias nos mesmos moldes e com os mesmos recursos da sede agilizou a tramitação dos processos e melhorou o atendimento dos psicólogos. Hoje, em qualquer dos endereços do CRP, a cédula de identidade é expedida em uma semana. Antes, demorava de 40 a 50 dias.

ENSINO

Formada por três conselheiros e vários psicólogos não conselheiros (uma participação incentivada pelo CRP e que também ocorreu nas demais comissões), a comissão de Ensino possibilitou, com seu trabalho, conhecer as condições de formação profissional das Faculdades de Psicologia da 6.ª Região.

Criada com o objetivo de subsidiar as Faculdades de Psicologia na constante revisão curricular de seus cursos, num primeiro momento a Comissão realizou o estudo quantitativo dos currículos de 17 faculdades de Psicologia. Este estudo foi apresentado, em junho de 1982, no I Seminário sobre Currículos dos Cursos de Psicologia, para o qual foram convidados membros dos corpos docente e administrativo de todas as faculdades. O segundo seminário, realizado em novembro de 1982, discutiu questões curriculares mais específicas. O relato das pesquisas e dos dois encontros foi publicado pelo CRP, para conhecimento dos psicólogos. Os resultados das pesquisas também foram apresentadas em palestras realizadas em diversas faculdades.

O grande saldo positivo foi a possibilidade de discussão e troca de experiências e o maior conhecimento dos atuais currículos. Um dos grandes problemas constatados foi a inexistência de grupos de estudo nas próprias faculdades que — se existissem — deixariam para a Comissão a função de articulação. O nível de qualidade da formação profissional depende também de fatores sob controle do MEC, através do Conselho Federal de Educação.

SAÚDE

Como necessita desenvolver-se a Psicologia e a profissão para atender às exigências da atenção à saúde? O que estão fazendo os profissionais e como estão sendo preparados? Essas foram as principais questões que a Comissão de Saúde desenvolveu no encontro de setembro de 82, juntamente com a Comissão de Saúde do Sindicato. O encontro mostrou que se trata de uma área extremamente complexa, dada a amplitude da área e a dispersão dos profissionais.

Sua ausência nos serviços públicos e, portanto, no atendimento à saúde da população; a necessidade de reorientar a formação do profissional; de desenvolver novos modelos de atendimento e de Políticas de Saúde por parte do profissional que se vê atingido por ela em seu cotidiano, sem identificar as causas, foram constatações que levaram à conclusão da necessidade de que se continue debatendo os problemas que atingem a profissão.

Em continuidade foi realizado um seminário sobre Política Nacional de Saúde e Política de Saúde Mental, em junho último, com a participação de membros do Inamps e Coordenadoria de Saúde Mental, entre outros. Sua divulgação mais ampla está sendo preparada.

A Comissão de Saúde entende que novos encontros são necessários para que conjuntamente se consiga desenvolver e valorizar a profissão.

DIVULGAÇÃO

Com este número, foram publicadas 16 edições do JORNAL DO CRP/06, entre elas uma especial, sobre o caso FMU. Com tiragem atual de 18 mil exemplares, o jornal é rapidamente distribuído a todos os psicólogos inscritos no CRP-06, graças ao endereçamento por computador. O formato tabloide e o papel adotado conjugam custos reduzidos com grande densidade de informações e orientação.

A publicação "Legislação e Informações" apresenta os principais textos da legislação relativa ao exercício profissional, instrumentos normativos mais recentes e informações úteis aos psicólogos que se inscrevem no CRP, no tocante às suas relações com os órgãos da categoria.

DEMISSÕES, INJUSTIÇA, PRESSÕES...

Nem bem começava a tomar contato com a máquina burocrática do CRP, e os novos conselheiros viram-se às voltas, em dezembro de 1980, com o afastamento de professores do curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santos. As manifestações de apoio e solidariedade à ação do CRP foram imediatas, tanto de alunos e professores, como de entidades representativas da sociedade civil. Consequências desta mobilização: a decisão foi revista e a demissão não se consumou.

Também de grande repercussão foi a dispensa coletiva de supervisores de estágio nas FMU - Faculdades Metropolitanas Unidas, que provocou da escola até acusações ao CRP de promover agitação social e imiscuir-se em assuntos de economia interna da instituição. A ameaça era clara: com a demissão, o que se pretendia era aviltar a remuneração do psicólogo, através da contratação de substitutos com salários mais baixos, e degradar a formação profissional, pela utilização de profissionais menos experientes e com esquema de trabalho que tornaria a supervisão de estágios mera formalidade e escandaloso engano. A dignidade profissional e os interesses da população determinaram, após o alerta, inúmeras reuniões com os demitidos, com a direção da escola, com os convidados a substituí-los, com os pressionados e com os enganados com informações falsas. Ao final, as FMU recuaram e os novos supervisores foram contratados em condições idênticas às dos demitidos, tanto em salário como em atribuições e carga horária.

Problemas semelhantes também ocorreram na Faculdade de Filosofia Farias Brito, com dispensas de professores, e na Faculdade Paulistana, igualmente com demissões. Em Ribeirão Preto, estagiários de Psicologia denunciaram ao CRP discriminações por parte da Fundap - Fundação do Desenvolvimento Administrativo, corrigidas após a interferência e mobilização da categoria.

Se na área educacional os problemas se sucediam, na atividade trabalhista a situação era a mesma. Aviltamento salarial, carga horária excessiva, falta de condições para o exercício profissional, falhas trabalhistas e pressões de todo o tipo, culminando com demissões, envolveram o Instituto Jaconã de Psiquiatria (conveniada com o Inamps) e o Centro Psicológico Paes de Barros (conveniada com a Legião Brasileira de Assistência). Nas duas questões, o CRP publicou nota em jornais, alertando para a situação e lembrando a categoria que incorreriam em infração ética os profissionais que assumissem emprego ou tarefa nesses locais, por comprometer fundamentalmente a dignidade e o prestígio da categoria.

Na área pública, outros problemas. O Inamps, numa rotina interna destinada às clínicas psiquiátricas, subordinava o trabalho dos psicólogos aos médicos psiquiatras. O CRP tentou contatos com dirigentes do Inamps em São Paulo, porém nada foi solucionado. O CRP continua os contatos com os psicólogos das clínicas conveniadas, para aprofundamento das reflexões e encaminhamento de medidas práticas.

Na Prefeitura de São Paulo, um concurso para psicólogos realizado em 1977 e que não gerou nenhuma contratação, em favor dos temporários que exerciam essa função, trouxe a primeira vitória em 1982. O primeiro dos cinco processos, movidos por mais de uma centena de psicólogos preteridos, deu ganho de causa a estes profissionais. Julgado em 2 de dezembro último, envolveu 38 profissionais.

Saúde mental sai do hospital e chama o psicólogo

No momento em que se rediscute a assistência no campo da saúde mental, tentando dar prioridade ao atendimento extra-hospitalar, a Coordenadoria de Saúde Mental conta com uma precária rede de 18 ambulatorios, quase sempre distantes da comunidade. E, dos 863 centros de saúde que o Estado possui, apenas 46 possuem algum tipo de serviço de saúde mental. O psiquiatra Marcos Pacheco de Toledo Ferraz, coordenador da CSM, em entrevista ao JORNAL DO CRP/06 colocou as cartas na mesa e conta seus problemas e os caminhos que pretende trilhar. Um caminho onde o psicólogo tem papel importante, numa equipe multidisciplinar de saúde.

Quais os seus planos para a Coordenadoria de Saúde Mental?

Quando assumimos a Coordenadoria de Saúde Mental, procuramos fazer um diagnóstico da situação e a primeira coisa que observamos é que a política de saúde mental, no Estado de São Paulo, é basicamente hospitalocêntrica, isto é, o hospital centra todas as ações de saúde. Isto tinha uma explicação: do orçamento da Coordenadoria de Saúde Mental, 91% eram destinados à hospitalização e apenas 4% para ambulatorios e centros de saúde. No orçamento global da Secretaria da Saúde, nossa participação é de 22%, o que é relativamente satisfatório. No entanto, outro problema que aparece nitidamente é a perda progressiva de verbas por parte da Secretaria da Saúde. Elas giravam em torno de 3% do orçamento do Estado e neste ano herdamos apenas 2,6%, insuficiente para a saúde como um todo.

A Coordenadoria de Saúde Mental tem um desvio estrutural grave: basear todas as suas ações na área da hospitalização. E, mais ainda, em cima de um único profissional: o médico. Por outro lado, falava-se muito em regionalização. No entanto, veja a localização de nossos hospitais: Pinel atende apenas mulheres, Vila Mariana também só atende mulheres e Água Funda, somente homens. Além de ser hospitalocêntrico e em cima de um único profissional, o médico, o sistema está absolutamente desvinculado da realidade. Em lugar de um sistema hospitalar realmente regionalizado, esta "regionalização" é apenas sexual. Um homem que more ao lado de Pirituba, se tiver um problema mental, será hospitalizado na Água Funda, no outro lado da cidade.

Diante dessa situação, o que se pretende fazer não é nada novo, é algo que há mais ou menos vinte anos se discute em termos de saúde pública: que as ações de saúde mental envolvam uma equipe multidisciplinar, no qual o hospital passa a ser uma retaguarda para casos eventuais que necessitem efetivamente de tratamento durante uma crise aguda.

Que medidas pensa adotar?

A primeira é trazer as ações para mais próximo da comunidade. O local ideal é o Centro de Saúde, inicialmente, no de maior complexidade e recursos, que chamamos de CS I. Já existe um projeto da CSM, que já foi para o secretário da Saúde, para uma equipe completa de saúde mental, com psicólogo, psiquiatra e assistente social para os 91 Centros de Saúde I do Estado de São Paulo.

O segundo passo será o provimento dos ambulatorios com profissionais,

médicos, psicólogos. Estes nossos ambulatorios apresentam dois desvios graves: estão muito depletados de profissionais e são em quantidade insuficiente (apenas 18, dos quais 11 na capital e sete no interior do Estado).

Fala-se muito em ambulatorios regionais que abranjam cidades a 70 ou 80km de distância. Isto, para uma população absolutamente carente, é algo impossível de ser transposto. Como medida a curto prazo, temos que melhorar a situação dos ambulatorios existentes e, a médio prazo, ampliar essa rede, o que significa ampliação da rede física, de tal forma que haja cobertura nas cidades de porte grande e médio.

Planejamos ainda uma terceira medida: a transformação dos hospitais públicos em hospitais mistos que atendam homens e mulheres. Em cada um deles, uma unidade de emergência. Isto transformará o local de atendimento: não mais o hospital, mas o centro de saúde e o ambulatorio. O hospital vai servir de retaguarda. Mais ainda: a unidade de emergência (seria uma unidade de pré-hospitalização) seria um local onde o paciente passaria em torno de 72 horas, recebendo uma tera-

pêutica intensiva que faria com que uma importante porcentagem nem entrasse no processo hospitalar propriamente dito. Um oligofrênico ou esquizofrênico, em estado de agitação aguda, poderá - em 72 horas - ser devolvido para o ambulatorio.

Isto exige uma integração...

A política é nesse sentido. Estamos começando a entrar em entendimentos com outras estruturas, como prefeituras e outros grupos interessados. Com várias prefeituras do interior do Estado e com a prefeitura da capital, já temos uma integração rica, na discussão de como integrar ações e não fazer ações paralelas. Um exemplo é o do ambulatorio da Água Funda, próximo ao hospital, porém longe das vias de comunicação. A Prefeitura de São Paulo nos está cedendo um prédio, próximo de uma estação de metrô. Vamos transferir o ambulatorio para lá dentro de alguns meses, ampliando de muito a possibilidade de acesso da população.

Esta integração vai refletir-se no mercado de trabalho...

Exatamente. O hospital, como é visto atualmente, exige uns poucos profissionais. Visto de outra forma, mais dinâmica, temos que ampliar os quadros dos diversos profissionais da equipe de saúde dentro do hospital e, mais concretamente, no ambulatorio. Vamos abrir um campo de atuação extremamente importante. Atualmente, muitos poucos são os psicólogos que cuidam de saúde pública. Até agora, a visão do psicólogo era de consultório (psicologia clínica) ou empresarial. Agora, abre-se um campo muito rico: a

atuação na saúde pública numa equipe de saúde, lidando com grupos de gestantes, com pacientes com patologia que criam problemas emocionais (tuberculose, lepra, leucemia...), com crianças com pequenos distúrbios... Abre também um campo enorme na pesquisa de técnicas psicoterápicas rápidas, voltadas para as necessidades da população, evitando-se assim a medicalização do problema, muitas vezes puramente emocional. E mais ainda: não competindo mais, transformando o médico, o psicólogo e o assistente social num organismo voltado para a promoção da saúde. Aliás, vejo isto como uma falsa questão, de que psicólogos e psiquiatras são competidores. Em termos de saúde pública, as ações são rigorosamente complementares e em nenhum momento competidoras.

E depois disso?

A CSM irá para os outros Centros de Saúde?

A nossa posição é de implementar nos Centros de Saúde de nível I, verificar seu funcionamento e depois avançar. Esta é uma visão centrífuga, cada vez mais periférica, buscando aproximar as ações de saúde mental à comunidade, em contraposição à posição atual, centripeda. Estamos cuidando de planejar para quatro anos. O grande avanço que temos hoje é a postura integrativa de todos os setores e não mais uma postura de flancos. Esta visão integrativa vai permitir a correção de distorções importantes na área, a médio prazo. Outras, são de origem socioeconômica e da crise do próprio País.

ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA

Proposta para residência é apoiada pelo CRP

A implantação de um programa de Residência em Psicologia Clínica da Escola Paulista de Medicina, proposta pela prof.^a Latife Yazige, recebeu apoio incondicional do CRP, que oficiou ao diretor daquela Faculdade para transmitir esta posição e a esperança de vê-la implementada rapidamente.

Para a prof.^a Latife Yazige o papel do psicólogo clínico como integrante da equipe multidisciplinar em saúde é primordial e só poderá ser adequadamente desenvolvido se sua própria formação, ao nível de especialista, se constituir em um trabalho integrado na área de saúde. A ausência de uma prática clínica, constituída em um curso

de especialização (a proposta sugere tempo integral e dedicação exclusiva de 2 a 3 anos consecutivos) vem trazendo como problema a deficiência nas pesquisas de Psicologia Clínica, basicamente em razão da desvinculação, na formação acadêmica, da atividade de investigação experimental com a de atendimento assistencial.

A FUNDAP - instituição estatal - já tem sob seus auspícios o programa de residência em Psicologia Clínica da Faculdade de Ribeirão Preto (USP) e mostrou-se muito interessada na realização deste projeto, inclusive na captação de recursos para as bolsas.

VIAGEM AO EXTERIOR

CRP desburocratiza documentos para isenção

O plenário do CRP decidiu alterar Ordem de Serviço que dispõe sobre documentação e rotina diária, no artigo que trata da documentação necessária para isenção de pagamento de anuidade motivada por viagem ao Exterior. Agora, fica opcional o envio de atestado de residência, bastando ape-

nas a apresentação do comprovante de viagem (bilhete de passagem e passaporte), juntamente com o documento indicativo do prazo de permanência no Exterior (declaração de curso ou trabalho do interessado ou acompanhante), conforme estabelece a Resolução CRP-06 n.º 007/79.

Anuário de RH vai relacionar Institutos

As entidades ou institutos de Psicologia que atendem empresas poderão ter os seus nomes e endereços incluídos, gratuitamente, no "I Anuário Brasileiro de Recursos Humanos", conforme proposta recebida da EmbraNews Ltda. Este volume será lançado no segundo semestre deste ano e os interessados deverão contatar Maria Valéria F. Silva, daquela editora, através dos telefones (011) 259-2002 e 256-0896 ou diretamente na Av. São Luís, 258 - 15.º andar - sala 1.509, CEP 01046 - São Paulo.

Anote

I Simpósio Internacional de Reabilitação em Hemiplegia - O Centro de Reabilitação Humana promoverá, de 24 a 26 de maio do próximo ano, no Centro Cultural Rebouças, em São Paulo, o I Simpósio Internacional de Reabilitação em Hemiplegia. Os interessados na participação devem, desde já, contatar com a entidade promotora através do telefone (011) 852-5457 ou diretamente na Av. Rebouças, 1.615, em São Paulo.